

ENTRE A LIBERDADE E O CONTROLE DO SUJEITO: EMPRESARIAMENTO E BIOPODER DA VIDA ÍNTIMA NA CONTEMPORANEIDADE

Anísio Batista Pereira¹
Bianca Ayala Melo Di Alencar²

Resumo: A presente investigação objetiva problematizar/refletir em que medida nossos desejos de prazer são capturados e objetivados, reduzindo, a partir dessas estratégias de empresariamento, nossa possibilidade de resistência e de exercício de uma subjetividade singular. O *corpus* consiste em propagandas de produtos sexuais e de reportagens sobre as determinações governamentais em relação a essas práticas, no sentido de coibi-las. Para tanto, tomaremos como suporte teórico-metodológico algumas formulações de Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018), pelas explicações de sexualidade, verdade, subjetividade e biopolítica/biopoder, com o auxílio dos teóricos Pierre Dardot e Christian Laval (2016) no que concerne à cultura de empresa e a nova subjetividade. As análises apontam para uma contradição que pode dividir o sujeito em relação à sua posição frente aos incentivos da mídia e às interferências proibitivas do governo, suscitando comportamentos de resistência e de práticas de liberdade nesses jogos de verdade sobre o exercício da sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade. Verdade. Subjetividade. Biopolítica.

BETWEEN FREEDOM AND SUBJECT CONTROL: ENTREPRENEURSHIP AND BIOPOWER OF INTIMATE LIFE IN CONTEMPORARY

Abstract: The present investigation aims to problematize/reflect to what extent our desires for pleasure are captured and objectified, reducing, from these entrepreneurship strategies, our possibility of resistance and the exercise of a singular subjectivity. The corpus consists of advertisements for sexual products and reports on government determinations in relation to these practices, in order to curb them. For this, we will take as theoretical-methodological support some formulations of Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018), through the explanations of sexuality, truth, subjectivity and biopolitics/biopower, with the help of theorists Pierre Dardot and Christian Laval (2016) regarding company culture and the new subjectivity. The analyzes point to a contradiction that can divide the subject in relation to his position in the face of media incentives and prohibitive government interference, raising resistance behaviors and practices of freedom in these truth games about the exercise of sexuality.

Keywords: Sexuality. Truth. Subjectivity. Biopolitics.

1 Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/FAPEMIG). É membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: pereira.anisiobatista@ufu.br

2 Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão - UFCAT. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Analista de Gestão Governamental junto à Universidade Estadual de Goiás. Doutoranda junto ao PPGEL da UFCAT e discente integrante do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão - LEFGO. E-mail: biancaayalamelo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o exercício do poder imanente das relações sociais, os regimes de verdade se configuram em um campo efervescente nesse contexto, que para além dos aspectos cultural e econômico, a vida íntima tem se tornado alvo para a projeção do controle. Com o advento e a facilidade de acesso às tecnologias digitais, conteúdos de todas as naturezas são postados e compartilhados a todo momento, inclusive propagandas com oferta de produtos, dentre eles, os vinculados ao comércio sexual, em que os discursos sugerem excelente desempenho/gozo no uso e manipulação de produtos eróticos, propiciando a produção de subjetividades performáticas, com vistas à eficácia e ao alto rendimento sexual. Essas práticas de ofertas rumam em direção ao exercício do poder na atual sociedade do controle, cujos regimes de verdade exercem a função de coerção mercadológica, produzindo subjetividades segundo essas esferas de circulação de conteúdos.

Essa produção e dispersão propagandista na mídia digital, em especial nas redes sociais, local em que se observa a circulação de discursos publicitários, com todas suas estratégias de convencimento do público leitor, da sociedade conectada, instaura uma obrigação à adesão de compra. Sobre esse tipo de discurso, Nery (2005) aponta que se trata de um jogo de sedução que aciona elementos como valores e gostos, no sentido de intermediar entre o produto e o consumo “[...] propondo soluções de problemas, ou seja, para fazer valorizar um produto a publicidade aponta quais os problemas do consumidor a serem resolvidos pelo consumo daquele produto” (NERY, 2005, p. 17).

Para tanto, regimes de verdade são construídos, tendo em vista a satisfação dos prazeres, de um lado, e a necessidade de venda para a arrecadação, de outro. Esses discursos funcionam de forma a não correr riscos de resistência por

parte dos consumidores, já que a prática sexual se constitui uma dimensão considerável para a realização dos prazeres e à conquista da felicidade humana, criando no sujeito uma solução dos possíveis problemas sexuais nele apresentados.

Embora materialize um discurso milagroso em relação à satisfação íntima do sujeito, por outro lado vale destacar que, no governo atual, que tem proliferado o discurso de regras de conduta vinculadas sobre o “cidadão de bem”, a vetação quanto a determinadas condições dessas práticas sexuais tem sido disseminada para o exercício do controle. Podemos destacar, como exemplo, a abstinência sexual, que na época de sua produção foi alvo de uma gama de memes nas redes sociais, bem como a determinação dessa prática somente a partir de certa idade. Tendo em vista que nesse governo um dos aspectos determinantes é seguir as doutrinas da moral cristã, a qual serve de base para a fundamentação desses controles, o sujeito é colocado entre duas coerções opostas: de um lado as propagandas de incentivo à prática e, de outro, as regras de proibições do governo. Além disso, a própria ação governamental apresenta contradição nesse sentido, haja vista que o resultado positivo em relação a números (capital) é o que mais se importa, e as regras sexuais podem resultar em redução desses números pelo encolhimento comercial desse setor.

Pensando nas determinações desses dois mecanismos de controle sexual, que parecem surtir um efeito oposto e que influenciam na constituição de subjetividades, objetivamos analisar e refletir sobre esse empresariamento/controlado das práticas sociais na contemporaneidade. Para o delineamento das questões centrais, levantamos as seguintes indagações: como os discursos publicitários têm incentivado às práticas sexuais como promessas de satisfação íntima?; quais regras de conduta vinculadas à biopolítica/biopoder têm se manifestado no atual governo para o controle

dessas práticas?; quais os possíveis efeitos dessas práticas discursivas contraditórias na constituição de subjetividades, inclusive as singulares? Pensando nessas problematizações, propagandas de produtos sexuais, bem como reportagens sobre a biopolítica/biopoder em relação às práticas íntimas compõem nosso recorte para análises. Para tanto, serviremo-nos do suporte teórico-metodológico de Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018) no que concerne às abordagens de sexualidade, verdade, subjetividade e biopolítica/biopoder. Além disso, a teoria sobre cultura empresarial e sua relação com a produção de subjetividade, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), será acionada nesse empreendimento. Procuraremos então responder às questões propostas, com as teorias e as análises caminhando juntas, delineando as discussões para as considerações finais.

O EMPRESARIAMENTO DA VIDA SEXUAL DO SUJEITO: ALGUMAS REFLEXÕES

A prática da sexualidade sempre foi um aspecto polêmico na sociedade, tendo em vista seu controle pela ética e pela moral cristã, além da interferência pelo Estado, instâncias que determinam o que pode ou não ser dito/praticado sobre esse importante dispositivo no que tange à constituição de subjetividades. Por outro lado, observa-se uma efervescência de comerciais de produtos eróticos, despertando o desejo e incentivando o sujeito às práticas sexuais.

Na dimensão da manifestação singular, vinculada ao desejo da carne e ao prazer que, embora a prática sexual seja realizada com o outro, seu caráter apela para um aspecto individual. Foucault, em suas obras sobre a história da sexualidade, sinaliza para os *aphrodisia*, que “são atos, gestos, contatos, que proporcionam uma

certa forma de prazer” (FOUCAULT, 1984, p. 39). Trata-se de uma prática subjetiva e uma forma de se relacionar consigo mesmo e com o outro, envolvendo um gesto em direção ao uso dos prazeres como mecanismo de constituição. “Essa dinâmica é definida pelo movimento que liga entre si os *aphrodisia*, pelo prazer que lhes é associado e pelo desejo que suscitam” (FOUCAULT, 1984, p. 39, grifo do autor).

Muitas vezes o que é interdito, proibido a sua discussão e a sua prática, se constitui em uma prática que é fortemente buscada pelo sujeito, cuja vontade de saber e de praticar é atizada, funcionando de modo contraditório nessa mecânica entre sujeito da sexualidade e sociedade que controla essa sexualidade. Nesse movimento, observa-se que a “realização do ato seja associada a um prazer; e é esse prazer que suscita a epithumia, o desejo, movimento dirigido por natureza para o que “dá prazer”, em função do princípio lembrado por Aristóteles: o desejo é sempre “desejo da coisa agradável [...]” (FOUCAULT, 1984, p. 42).

Outro ponto a ser observado, nessa prática que envolve a sexualidade, com destaque para o desejo e o prazer como produto dessa realização, é o cuidado de si, que se configura como uma cultura de si. Nesse aspecto, destaca-se o mecanismo da relação de si consigo mesmo, a atenção que deve ser dada para consigo mesmo. Esse retorno a si mesmo, como forma de respeito ao próprio corpo e ao espírito, “é a modalidade, a amplitude, a permanência, a exatidão da vigilância que é solicitada; é a inquietação com todos os distúrbios do corpo e da alma que é preciso evitar por meio de um regime austero [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 46-47).

Na esteira desse processo de busca por realização desse desejo, como é abordado por Foucault, trabalharemos nesta seção os modos como a coerção comercial funciona como mecanismo que despertam os desejos sexuais,

despertando os *aphrodisia* nos sujeitos. Nosso primeiro material de busca partiu de uma página impressa da revista *Nova* (2014) na qual há dicas de cinema *hot on line* como matéria da sessão *Sexo Lacrado*. Dentre as indicações para acesso às sessões, há páginas gratuitas, cujas páginas da internet são *pornhub*, *redtube* e *youporn*. Dentre as opções, escolhemos a *redtube*, por se aproximar mais aos objetivos desse trabalho, visto que há na própria descrição desse site/sessão a definição de inscrições de sexo performático, ao dizer que “nele é mais difícil encontrar um pornô leve, então é uma boa opção para quem prefere sexo com uma pegada mais *hardcore*”.

Após eleição do site de busca, procuramos o menu, e nele, buscamos os vídeos mais vistos. Na página de oferta dos mais vistos, encontramos um anúncio com os seguintes dizeres: “Quer ter um pau de 23 cm? Método 100% caseiro”.

Figura 1³ (editada) – Método caseiro para aumento peniano



Ao clicarmos no anúncio, o internauta é direcionado à página com logomarca de um jornal de grande circulação, mas se trata de grosseira montagem, uma espécie de *fake*, cuja matéria se intitula “É possível aumentar o pênis de forma natural? Conheça a história desse bancário”. Logo de início, publicam a seguinte imagem:

Figura 2⁴ – Método natural para aumento peniano



“Todo homem gostaria de um pênis maior, mais potente e mais grosso”. Revela médico urologista. (Foto; reprodução)

A foto é uma banana, cuja dimensão é maior do que aquela medida na fita métrica. Prática essa que, segundo a reportagem, é comum entre homens, pois afirma que “a maioria já tem os centímetros na ponta da língua”. Para análise, recortamos alguns enunciados (sequências discursivas – SD), os quais não esgotarão no estudo a que nos propomos, mas poderá servir de material para outros que guardem com ele regularidade temática. Os recortes são:

SD 1: Vivemos em uma sociedade na qual o membro masculino é visto como sinônimo de poder - e quem desejaria um poder pequenininho?

SD 2: um novo tratamento que promete aumentar o tamanho do pênis, potencializar as ereções e prolongar a ejaculação de forma 100% natural; (grifo do autor);

SD 3: Se você deseja: aumentar o pênis de 8 a 12 cm; ter uma ereção forte e sustentada, mesmo depois da ejaculação; durar até 98% a mais na hora do sexo; sentir mais prazer e dar orgasmos pra sua parceira; se recuperar rapidamente e transar de 3 a 5 vezes por noite;

SD 4: Nunca mais vai se sentir com medo na cama, a partir do momento que começar *a usar*

3 Disponível em: <<https://www.redtube.com.br/mostviewed>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

4 Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

vai se sentir confiante, cheio de tesão e pronto para fazer de tudo quantas vezes você quiser;

SD 5: Cansado da humilhação e vergonha por ter um pênis pequeno, ele sofria ao ter que tirar as calças perto de uma mulher na hora do sexo;

SD 6: Não existe milagre aqui, é simplesmente um método científico que funciona para qualquer homem [...] diz Dr Renan Lima (grifo do autor);

SD 7: [...] a solução existente mais segura, econômica e comprovada [...];

SD 8: [...] testado e aprovado pela ANVISA.

Na SD 1, a questão do poder é materializada enquanto substância, diferentemente das lições empreendidas por Michel Foucault (2010). Para o filósofo, as relações de poder são de ordem relacional, atomística, dada sua perspectiva microfísica. O anúncio, quando afirma que o prazer está adstrito ao tamanho do órgão sexual, indicativo dessa perspectiva como substância do poder, desconsidera a singularidade dos desejos, passando a generalizá-los e padronizá-los a uma perspectiva apenas, a do enunciador do anúncio, aquele, cuja proposta é mercantilizar o prazer sexual, o gozo, atribuindo-se valor de mercado às características físicas do pênis.

Ao discorrer sobre o panóptico de Benthan, Dardot e Laval (2016, p. 325) asseveram que “O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento”. Nesse sentido, o governo da sexualidade, aqui materializado na forma de anúncio, conduz os interesses, valendo-se de elementos que são (re)conhecidamente históricos,

que é o motivo pelo que se luta cotidianamente, como bem explicou Michel Foucault (2014) quando teoriza que o desejo pelo poder ocupa um lugar de honra nas lutas.

Como o que se quer e pelo que se luta é o poder, conforme teorizou o filósofo francês, atribuir poder ao tamanho de um órgão sexual funciona como recurso estratégico, visto que associa a dimensão física peniana à quantidade de poder que o indivíduo possui. Na perspectiva do anúncio, o conceito de verdade sobre o poder orienta os consumidores que desejam melhorar sua performance na atividade sexual, de modo que fabricará seu desejo em adquirir um produto capaz de, eficientemente, atingir o objetivo de desempenho e gozo, ação essa que desconsidera singularidades sexuais ao assegurar que o tamanho é garantia de satisfação e realização.

O desejo guarda estreita relação com a produção/formação da subjetividade, porquanto é algo que diz respeito à psiqué humana. Nesse sentido, a função da relação estabelecida pela matéria é de ordem estratégica, buscando-se fabricar interesses com vistas a governar o consumo de produtos que prometem o resultado ofertado no anúncio, e governar, de consequência, a atividade sexual. Nesse sentido, a SD 5 guarda relação com a SD 1, pois, quem não tem ou não promover meios de ter um órgão sexual na medida indicada pela matéria, corre o risco de ser humilhado e envergonhado por uma mulher na hora do sexo. Para além disso, o enunciado remete a discursos heteronormativos, dado que o anúncio é para homens que se relacionam com mulheres.

Agrupamos as SDs 2 e 3 dentro da regularidade temática, que é o *dispositivo de eficácia*, descrito por Dardot e Laval (2016, p. 324) como “um arranjo de processos de normalização e técnicas disciplinares [...] foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo”. A estratégia empregada,

para a venda do produto que aumenta o tamanho do órgão sexual, produz incessantemente corpos que pensam e funcionem segundo esta perspectiva, a do quanto maior, mais eficaz. A eficácia materializou-se nos ditos sobre potencialização, prolongamento da ereção, ereção forte, duração de até 98% a mais, sentimento de dar mais prazer, recuperação rápida e rendimento;

Dardot e Laval (2016, p. 324-235) asseveram que “o princípio geral da eficácia é uma gestão das mentes”. Em sendo assim, o anúncio empreende estratégias com o escopo de fabricar subjetividades que funcionem a atividade sexual em consonância com o governo que produziu sentidos de que o exercício do poder na atividade sexual esteja relacionado com o tamanho do órgão sexual, e somente esse padrão é capaz de produzir prazer na relação sexual, definindo inclusive a porcentagem que se espera de rendimento numa atividade sexual, próxima de 100%; quem não estiver “enquadrado” nesse modelo performático está, fatalmente, fadado ao fracasso sexual, humilhação e vergonha. Enquadramos como fatal, pois, ao fabricar modelos performáticos, a subjetividade no âmbito da sexualidade é capturada, restringindo-lhe a liberdade, aproximando-se de uma estado que impossibilite resistência ou meios de fuga, por conter, no elemento estratégico, o componente do desejo de poder de rendimento e eficácia.

Por fim, consideramos as SDs 6, 7 e 8 também como jogo estratégico, no qual mobilizou-se o saber/poder para convencer o potencial consumidor de que o produto deve ser adquirido dada sua eficácia científica, com efeitos colaterais praticamente nulos, pois promete produzir o efeito desejado de forma natural; no enunciado “Não existe milagre aqui, é simplesmente um método científico que funciona para qualquer homem [...]” o recurso estratégico utilizado inclui um saber, proferido por uma autoridade em saúde, que é um médico, fazendo funcionar como estratégia para gerar

confiabilidade e segurança ao produto ofertado, além da garantia de que se trata de investimento sem riscos para otimizar a performance sexual, no entanto, em momento algum menciona-se a qual Conselho Regional o médico está vinculado, ou mesmo algum meio que possibilite o seu acesso ao profissional. Outro componente estratégico foi o de informar que o produto ofertado é aprovado por um órgão fiscalizador oficial, prática essa que funciona como jogo/estratégia de poder no resultado que se pretende produzir, que é convencer de que o produto tem a eficácia chancelada pelo poder público, portanto, deve ser adquirido. Abaixo, a figura que orienta o convencimento do potencial adquirente.

Figura 3⁵ – Garantia de resultado do produto

Garantia de 30 dias! Ou seu
pênis aumenta ou você recebe
seu dinheiro de volta



Acerca da garantia de que o produto será devolvido em 30 dias, se não surtir efeito, vê-se que o anúncio se vale de uma mensagem com viés sem respaldo legal, visto que os produtos vendidos fora do estabelecimento comercial facultam ao consumidor, conforme Código de Defesa do Consumidor⁶ (CDC), o direito de desistir do contrato, no prazo de 7 dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.

Compreendemos aqui que a o *Dispositivo de eficácia funciona* como impeditivo para o consumidor

5 Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

6 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

reinvidicar o seu direito de desistir da compra do produto, pois seu desejo foi capturado e governado pelo respectivo *dispositivo*, cujo objetivo é fazer funcionar o entendimento em conformidade com o padrão de alto rendimento; a mente capturada, mesmo que insatisfeita com o resultado do produto, não se vê sujeito de direito a reivindicar desistência da compra, pois isso poderia ser associado a um possível fracasso sexual. A eficácia ganha outro status diferente dos princípios norteadores do Código consumerista, que considera o consumidor como parte mais vulnerável da relação de consumo, assegurando-lhe o direito de devolução no caso de insatisfação, em casos de vendas realizadas fora do estabelecimento comercial.

Como efeito dessas ofertas que atendem ao funcionamento do *Dispositivo de eficácia*, realizamos buscas na internet, digitando a palavra *produtos eróticos*, as quais nos direcionaram a várias páginas com ofertas de produtos que contenham discursos publicitários que incentivam práticas sexuais com uso/manuseio de produtos com promessas de satisfação íntima, conforme veremos. No site intitulado *Lolla*⁷, na aba diversificados, há ampla gama de oferta de produtos, cuja descrição é: produtos eróticos, vibradores, pênis realístico, cosméticos eróticos, lingerie, sado fetiche BDSM, sexo anal, produtos divertidos, *sex shop* masculino, ambiente romântico e saúde sexual. Para cada seção dessa, há subseções que especificam os produtos de cada uma.

Dentre as seções desse site, detemo-nos a analisar o que o site denominou como produtos divertidos. Foi o que escolhemos, a fim de seguirmos uma regularidade com o analisado acima, no que diz respeito à denominação do que é definido como sendo eficaz para promover diversão. Na seção destinada a produtos divertidos, há várias subseções intituladas: “artigos para festa,

cartões, diversos, jogos eróticos, literatura e vídeo e presentes sacana”. Para nossas análises, escolhemos os itens de artigos para festa.

Na subseção de artigos para festa, encontramos oferta de a) Facas Sacanas em Formato de Pênis, b) Troféu Word Champion O Melhor Seio, c) Vela no Formato de Vagina, d) Jogo de Guardanapo - Corpo feminino Com Seios; e) Kit com 10 canudinhos em formato de Pênis coloridos, f) Kit com 10 canudinhos em formato de Pênis, g) Chupeta Divertida Pênis, h) Corneta erótica Pênis, i) Vela em Formato de Pênis 13 cm - Cores Diversas, j) Abridor de Garrafa Sacana, Colheres em formato de Pênis; k) Jogo de 5 velas em formato de Pênis, l) Copos Sacanas - 06 unidades. Observamos que no item “a” consta um anúncio de oferta orgástica e nos itens “b” e “d” constam descontos de 50% e 20% respectivamente.

Michel Foucault (2008a) teorizou acerca da não aleatoriedade no aparecimento dos enunciados. Na seção de itens considerados divertidos, verificamos haver predominância de oferta de produtos que fazem referência ao pênis, bem como prevalência de oferta de produtos em formatos indicativos de práticas de sexo oral, como no caso dos canudinhos, da chupeta, da corneta e das colheres. O sentido que se atribui à “festa divertida” é materializado na seção de produtos divertidos ao relacionar diversão predominantemente ao pênis. Em razão da localização do item *artigos para festa* estar localizado nessa seção, a relação que se pode estabelecer é que o pênis tem o *podium* do prazer e da diversão, atributos característicos de uma festa/confraternização e, que além de tudo é ter personalidade, vontade própria, dada a gama de itens que levam sua insígnia. Já os itens relacionados à vagina, precisam ser acendidos (velas), estimulados, atribuindo-se-lhe sentido também de algo a ser conquistado, pois sua representação é um troféu, demonstração de que foi objeto de conquista e não como ação de conquistar. No caso

⁷ Disponível em: <<https://www.lolla.com.br/diversao-e-presentes-artigos-para-festa/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

do item guardanapo, os seios são também dados como objetos, cuja função é limpar bocas, mãos ou superfícies sujas. Do sentido de poder e de objeto que se atribui aos órgãos sexuais, compreendemos que há unidade na dispersão da performance que se espera de um órgão sexual em detrimento de outro, e da forma mais correta de proporcionar prazer, pelo tamanho e lugar imperioso do *sexo rei*.

A oferta desses produtos objetivam os sujeitos consumidores, reforçando a cultura da valoração do pênis, o que explica a variedade de oferta de produtos em redes sociais, a performance em relação à atividade sexual e as verdades fabricadas em função do *dispositivo de eficácia*. Nesse sentido, consideramos as posições-sujeito do atual governo frente à sexualidade, como silenciador de alguns discursos e lutas por direitos ao estabelecer quais condutas seriam mais adequadas aos sujeitos, produzindo, no mesmo sentido das matérias, a hiper valoração de subjetividades performáticas, as quais produzem exclusão, uniformiza desejos e práticas sexuais, fulminando o exercício de liberdades com vistas a materialização de singularidades sexuais, questões essas serão problematizadas na seção seguinte.

A BIOPOLÍTICA/BIOPODER E A REGULAÇÃO SEXUAL DA POPULAÇÃO

Os debates em torno da sexualidade sempre foram alvos de polêmica em todas as sociedades e na atual, embora a difusão dos meios de comunicação em massa acabam por facilitar uma abertura sobre essa questão, não se pode afirmar que essa dimensão do sujeito caminha no meio social com tranquilidade. Por outro lado, faz-se necessário uma persistência nesse contexto, haja vista a importância das práticas e informações/

esclarecimentos em torno desse aspecto humano que apresenta uma relevância na constituição de sujeitos.

Na história do presente o acesso às informações de todas as naturezas nunca foi tão facilitado pelo advento das tecnologias de comunicação/informação, em que muitas questões são colocadas à mesa e têm sido alvo de polêmicas, como a sexualidade, por exemplo. Essa dimensão de constituição do sujeito oscila socialmente entre o desejo da carne e a privação das práticas e das informações que quase sempre passam por interdições, estas vinculadas à moral cristã, que permeia uma relação consigo e com os outros de acordo com os padrões estabelecidos e que ditam normas que todos devem segui-las.

Na contramão das problematizações elencadas na seção anterior, nesta pretendemos delinear como a biopolítica tem funcionado como ferramenta de controle social na esfera sexual, na contemporaneidade, no atual governo. Foucault (2008b, p. 61) destaca que “[...] é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governos. E que a finalidade dessa razão governamental é a manipulação de interesses. É o que tem circulado no atual governo e que podemos observar na produção de discursos nas mídias digitais. Sousa (2012, p. 44) acrescenta que “A biopolítica mobiliza outro componente estratégico, que é a gestão da vida incidir não mais sobre os indivíduos, mas sobre a população enquanto espécie. Aqui o corpo é atravessado pela mecânica do vivente, como suporte de processos biológicos”.

Seguindo os pressupostos de Foucault (2008a), em que os discursos são produzidos historicamente e em meio a certas condições para a

sua emergência, pretendemos analisar como o atual governo tem interferido nessa questão que envolve aspectos singulares (íntimos) e sociais, cuja ética determina os modos de vida e como a produção de verdades nesse campo possibilitam a emergência de modos de subjetivação na atual sociedade do controle.

Na história da sexualidade, bem como é problematizado na literatura sobre essa questão, a sexualidade sempre foi um aspecto regulado, tratado de forma tal a apontar para algo a ser resguardado e Michel Foucault conduz essa problemática em distintas dimensões, que vai desde a vontade de saber até as confissões da carne. Nesse percurso, perpassa também pelo cuidado de si e pelo uso dos prazeres, com o intento de nos mostrar as condições de funcionamento da sexualidade nas sociedades e como os regimes de verdade instaurados nesse aspecto sempre estiveram à margem de uma abertura que pudesse ser considerada como natural.

Quando se trata de educação sexual, ainda que esses saberes são propagados com a finalidade de se promover a educação nesse campo, prevalecem tabus nesses espaços, como se fosse uma temática a ser preservada, algo proibido a ser discutido, comentado, esclarecido. Vinculada a um aspecto íntimo do sujeito, embora útil e sendo uma questão de satisfação dos próprios desejos, a sociedade trata esse elemento como algo a ser encoberto. “As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

A privação das crianças sobre a sexualidade, como sujeitos que não devem saber, obterem informações acerca desse elemento constitutivo, funciona sob dois viés na sociedade: a imaturidade do corpo e a não realização dessa prática, legitimando os processos de interdição, ainda mais que em relação aos adultos. Essa distinção que funciona na sociedade contemporânea acaba

por classificar os saberes que podem ser ditos e os que devem ser interditados, como se observam nos filmes pornográficos e programas televisivos denominados como “adultos”, que anulam a sexualidade infantil.

Esse silenciamento sempre se manteve como norma intacta sobre a sexualidade, que provoca o sujeito a um enfrentamento, ainda que de modo discreto, a ir em busca dos saberes e dos prazeres que se revelam como proibidos. Foucault nos brinda com suas observações acerca dessa questão:

Explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente. (FOUCAULT, 1988, p. 11)

Frente às proibições que pairam sobre a sociedade, em especial a contemporânea, denominada pelo mesmo teórico destacado como sociedade do controle, vale mencionar que na maioria das vezes os discursos proibidos são exatamente os que aguçam o sujeito, o que lhe provocam a vontade de saber, de libertar-se das verdades estabelecidas em detrimento de outras. Adentrar-se no universo das verdades interditadas seria fugir à norma, ir para além do que prega o código de ética de determinada época (considerando que no campo da sexualidade essa ética não tem alterado, pois continua se sobressaindo na esfera da repressão) é transgredir-se socialmente e também singularmente.

A vigilância que sempre perdurou na sociedade, como verdade que provoca modos de subjetivação, inclusive na sociedade contemporânea, sempre esteve ligada à uma moral cristã, inclusive veremos mais adiante nas análises das reportagens sobre a sexualidade e a imposição governamental. A prática do sexo, de acordo com

uma parcela ultraconservadora religiosa, deve ser entendida e aderida como fruto do matrimônio, tendo a procriação como única justificativa para essa manifestação. Na esteira dessa moral como regime de verdade, o cuidado com si mesmo “é a importância de se respeitar a si mesmo, não simplesmente em seu próprio status, mas em seu próprio ser racial, suportando a privação dos prazeres ou limitando o seu uso ao casamento ou à procriação [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 46-47).

A prática da sexualidade como condição adstrita ao casamento sempre esteve latente como verdade a ser seguida na história das sociedades, embora na atualidade esse mandamento vem perdendo rigor. Dessa vigilância abstrai-se o valor atribuído à virgindade para a moça, até mesmo como condição para se vestir de branco ao se dirigir ao altar. Como o sexo, sob essa premissa, deve ser praticado apenas para a obtenção de filhos, coloca o desejo singular na condição de reprimido:

E é um facto que por quatro ou cinco vezes pelo menos, e sobre pontos essenciais, Clemente transcreve quase palavra a palavra sentenças do estóico romano. E assim sobre o princípio de que a união legítima deve desejar a procriação; sobre o princípio de que a busca do prazer por si só, ainda que no interior do casamento, é contrária à razão; sobre o princípio de que se deve poupar à mulher toda a forma indecente de relações; sobre o princípio de que, quando se tem vergonha de uma acção, esta é uma falta. (FOUCAULT, 2018, p. 27)

Condicionada ao casamento, a realização do prazer, pela ótica da teoria foucaultiana, deve se dar sempre em função de uma união que motiva a lógica dos aphrodisia, isto é, a razão que habita a condição conjugal e que configura uma ética permissiva de saciação do prazer. A prática sexual pelo simples desejo e prazer, nesse caso, se constitui uma transgressão, uma fuga à regra do cristianismo tradicional, pois, ainda que no interior de uma vida conjugal, a condução dessas práticas tem seu disciplinamento condicionado às regras da religião.

Essas regras sociais no que tange às práticas sexuais vêm se perpetuando ao longo dos tempos, problematizadas pelo teórico em questão, nas sociedades clássicas, e que essas formas de condução de si sempre se mantiveram no rol do que é passível de interdição. Tomando por base a moral cristã, que prega os modos de condução dessas práticas, é preciso considerar que nesses modos de subjetivação vinculados à sexualidade, os aspectos verdade e poder sempre se mantêm na esteira de elementos indissociáveis nesse movimento.

Afinal, o que está em jogo nesse processo de proibição/interdição das práticas sexuais como algo a ser silenciado e que deve ser conduzido de acordo com certos princípios, inclusive pelo que dita o Cristianismo? Podemos apontar para os jogos de verdade que privilegiam determinadas verdades em detrimento de outras, tomando por base um aliado indissociável nesse processo que é o poder. O pensador supracitado então declara que “[...] procuro fazer aparecer essa espécie de camada, ia dizer essa interface, como dizem os técnicos modernos, a interface do saber e do poder, da verdade e do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 229).

Em uma sociedade do controle, em que os modos de subjetivação se dão por meio da instauração de verdades, digamos, mais democráticas, cujo acesso, sobretudo por meios digitais de práticas discursivas, ditam formas de vida, em que o exercício do saber e do poder parecem ganhar status de verdade absoluta, regras a serem seguidas. A interferência governamental sobre a população, por exemplo, se dá por meio de estratégias que visam atingir a todos, inclusive a sexualidade, por meio de mecanismos sutis de se estabelecer certas regulações sobre a sociedade, tomando por base a denominada razão governamental.

Para ilustrar essa interferência nas condutas em relação à sexualidade, acionamos duas reportagens publicadas na mídia digital, das quais

recortamos algumas sequências para uma breve análise. A primeira delas, publicada em 28 de janeiro de 2020, é do correspondente europeu Jamil Chade e intitula O ventre como instrumento de poder⁸, apresenta como subtítulo: Governo Bolsonaro propõe abstinência, mas veta educação sexual na ONU e recebe aplausos de sauditas e ultraconservadores. Trata-se de uma pauta do governo Jair Bolsonaro (sem partido) cuja tônica central seria promover uma interferência na prática sexual, em especial das mulheres.

Ressalta-se que essa reportagem apresenta um efeito de memória no que tange ao controle do corpo feminino, tendo em vista que, historicamente, de acordo com a moral cristã, a virgindade é um valor inestimável que precisa ser preservado. Esse efeito pode ser entendido a partir das observações de Courtine (2009), em que um enunciado se relaciona com outros e aqueles já produzidos em outros momentos são reatualizados na enunciação e passam por movências de sentidos. Então, na condição de ser o centro da reprodução humana, cujo ventre gera filhos, as imposições e tentativas de controle sempre se manteve no centro desse sujeito feminino, em especial pela sua condição biológica como justificativa para tal.

O discurso da reportagem materializa um plano de governo que visa o estabelecimento de uma abstinência sexual, medida que tornou-se alvo de polêmicas na mídia digital, em especial nas redes sociais, sendo motivo de resistências de grande parte dos internautas por meio de distintas estratégias, em especial os memes. A abstinência tinha como alvo central adolescentes e mulheres, em que o governo discursiviza sobre a retirada dos documentos da ONU e da OMS qualquer referência sobre educação sexual. Tampouco aceitaram qualquer menção à saúde e direitos reprodutivos, sempre sob o argumento de que tais

⁸ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html?rel=mas>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

termos poderiam abrir caminho para a promoção do aborto. Observa-se a instauração de um regime de verdade em detrimento de outro, na qual o sujeito apela por uma possível prática que caminha na contramão dos princípios éticos e cristãos, considerados inconvenientes para a sociedade brasileira na atualidade.

Esse discurso funciona como tentativa de exercício de controle sobre o corpo da mulher, como uma política integrante da agenda ultraconservadora-religiosa. Sugere-se o que fazer com o corpo, enquanto recusa-se a aceitar a educação sexual como um direito básico. Retira-se o direito de saber para garantir autonomia sobre seu corpo e, ao mesmo tempo, uma campanha é promovida para dizer quando a mulher deve manter relações sexuais. Essa política entra na esteira de prática sexual realizável somente ao sabor da conveniência, isto é, de que há um modo correto de realizar a relação sexual, preferencialmente, no interior do casamento, em atendimento a valores morais conservadores.

O regime de verdade aderido pelo governo tem por estratégia o exercício do controle da população, em especial a feminina, apresenta seu limiar em outra dimensão que não a brasileira, haja vista que a referência de governo em questão toma como modelo padrões norte-americanos. Nesse país, como é assegurado na reportagem, o adiamento do início da prática sexual apresenta-se como um impacto saudável. Nesse sentido, o governo brasileiro vale-se de saberes conservadores como estratégia de reforço para o exercício do biopoder, o qual exclui a educação sexual de seu programa de governo e adere a outros regimes de verdade que lhe parecem mais convenientes. Neste caso, a abstinência se transforma num instrumento de poder. E não em uma opção de saúde pública.

Outros aspectos povoam o discurso em questão, dos quais o mecanismo da biopolítica procura se servir como estratégia de poder e

controle, interferindo o governo na conduta sexual da sociedade, governando-lhe condutas, ditando subjetividades, na mesma esteira das análises de oferta de produtos acima delineadas, sendo aqui, a produção de subjetividades performáticas, no sentido de padronizar práticas sexuais e desejos que tenham como parâmetro a conformação de um padrão familiar, e conservador. Pelo mundo, diferentes governos ultra-conservadores vêm promovendo políticas “pró-família”. Mas, em cada uma delas, a única que parece ser ignorada é a posição da mulher. Seu corpo, na maioria das vezes, se transforma em um meio para atingir outros objetivos políticos. Outros mecanismos que entram nesse discurso de controle podem ser observados, tais como a xenofobia, que mantém a “coesão nacional” e a manutenção da população branca no país: O ventre da mulher, neste caso, faz parte de uma estratégia nacional, supremacista e profundamente xenófoba. Em referência ao governo dos EUA, Com mais de 60% dos abortos sendo realizados por mulheres brancas, uma das teses é de que, com novas leis para impedi-las de interromper uma gravidez, se impediria que a população negra ou mestiça superasse a parcela branca dos EUA.

Essa tentativa de controle do corpo das mulheres por parte do Estado coloca o Brasil em nível de igualdade com outros países, cujas práticas de domínio funcionam de maneira inaceitável. A sexualidade, nesse caso, fica à mercê de um biopoder, com intenções não de promover ações com vistas a saúde pública sobre os corpos, mas de controlar as práticas sexuais, fulminando o exercício de liberdades, e a materialização de singularidades sexuais, como dissemos anteriormente quando tratamos do tratamento que é dado ao tamanho do órgão sexual na oferta de produtos que prometem eficácia sexual.

Essa prática contemporânea de governar práticas sexuais tem história e memória, as quais,

podem levar as mulheres a constrangimentos, tais como: Em alguns casos, quem comete o estupro pode evitar ser preso se casar com a vítima. Em outros lugares, clínicas apenas podem dar métodos contraceptivos a uma mulher se ela chegar acompanhada de seu marido. A estratégia poder-saber, se bem-sucedida, acaba por estabelecer modos de subjetivação de cunho sexual a partir dessas medidas do Estado, em que ser um “cidadão de bem”, discurso-chave do dicionário bolsonarista, seria entrar nesse jogo do controle e legitimar essas verdades. Caso contrário, como encerra a reportagem, Portanto, se o Governo brasileiro quer falar em abstinência, terá de falar primeiro em autonomia da mulher, educação sexual, direitos e saúde reprodutiva. E, enfim, não estaremos tratando do dilema do poder da mulher sobre seu marido ou sobre os objetivos do Estado.

A segunda reportagem, do prof. Vladimir Safatle, publicada em 13 de maio de 2021, intitulada Governar através do sexo⁹, apresenta como subtítulo O poder no Brasil sugere o fim do mundo através de crianças que “não sabem ler, mas sabem usar camisinha”. Fala de maneira similar àquela que os alemães ouviam, na década de trinta. Essas duas reportagens estão em consonância pela regularidade sobre a tentativa de interferência na sexualidade por parte do Estado e, mais precisamente, pela refuta à educação sexual de crianças, adolescentes e jovens.

O discurso materializado na reportagem recupera posicionamentos que outrora eram mantidos como adequados em relação às práticas sociais, nas quais o conhecimento sobre o assunto era pautado pelos saberes jurídico, moral e religioso, que ditavam o permitido e o proibido em relação ao sexo. A partir daí, recentemente, os saberes médicos passaram a esclarecer os sujeitos sobre essa instância da ordem do desejo e pautado pelo controle social por uma moralidade. Ou seja,

⁹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/governar-atraves-do-sexo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

nunca a definição sobre o que é da ordem do sexual havia passado por distinções como “normal” e “patológico”.

O subtítulo da reportagem reproduz o discurso do Secretário da Educação sobre a circulação de verdades sobre o sexo que ultrapassam os saberes escolares propriamente ditos. Esse discurso do sujeito vinculado ao Estado, ainda que de forma indireta, coloca em questão esse saber sobre as práticas sexuais, especialmente em se tratando de crianças, adolescentes e jovens. Esse saber refinado sobre uma questão tão polêmica, na visão do sujeito enunciativo, seria maléfico, pois vai para além do permitido, do normalizado, e que se faz necessário um controle.

Por outro lado, “saber usar camisinha” sugere um discurso contraditório em relação ao que é proferido, pois também faz parte da educação esses saberes que são refutados nesse governo. Na esteira do poder e do controle populacional, o discurso do Secretário critica conduções políticas anteriores acerca do sexo em detrimento a outros saberes escolares. Para além disso, reforça o discurso da reportagem anterior de que educação sexual não é conveniente, sugerindo outros modos de subjetivação em relação à sexualidade no modo privativo, mantendo a (des)informação das crianças sobre esses saberes como forma correta de conduzi-las, como estratégia de biopolítica para uma sociedade sexualmente adequada.

Em decorrência da afloração do saber médico sobre a sexualidade, o professor discorre sobre a classificação da prática sexual, tendo seu início no final do século XIX: *Não por acaso, foi exatamente nessa época que o Ocidente viu proliferar, pela primeira vez, tratados sobre perversões, classificações clínicas detalhadas e precisas a respeito de “desvios” em relação a uma sexualidade “normal”*. O sexo é então incorporado ao saber médico, científico, quase

que inquestionável, para tratar sobre o assunto. Nesse eixo, o exercício do controle parece proliferar sobre os corpos, em que a população é submetida a discursos que regulam sua conduta sexual, na esteira do que seja permitido.

Além disso, outras denominações são elencadas no discurso: *O mundo então descobriu, entre nós, a existência de pessoas descritas como “sádicos”, “fetichistas”, “exibicionistas”, “masoquistas”, “zoofílicos”, “homossexuais”, entre tantos outros*. Essas classificações têm se expandido ao longo dos tempos, como é o caso da denominação LGBTQIA+, também para afirmar o que é diferente e que encontra-se à margem das práticas normalizadas e que de certa forma precisam ser combatidas. Em relação à homossexualidade, doenças sexualmente transmissíveis entram em cena nesse discurso, como sinônimo de uma prática patológica que sugere uma consequência não apenas biológica, mas moral.

O discurso de que o sexo não é problema singular, mas de saúde pública, evoca o desejo que é possivelmente anulado para a entrada de práticas conservadoras e normalizadoras. *A ele estão vinculadas instituições como a família e o casamento, regras de aliança e filiação, hierarquias de gênero e sujeição, disciplina, natalidade e reprodução, trabalho*. É exatamente nesse ponto que o Governo procura mirar e proliferar os bons costumes e, com suas políticas de controle, em que a biopolítica lança mão de verdades vinculadas a outros campos do saber, inclusive os científicos, mas sobretudo religiosos, como estratégias de exercício do controle da população. Desse controle, resultam modos de subjetivação, resultante da relação do sujeito com essas verdades (FOUCAULT, 2016).

CONCLUSÃO - ENTRE A LIBERDADE E O CONTROLE

DA VIDA ÍNTIMA: UM BALANÇO DESSA APARENTE CONTRADIÇÃO

O presente estudo apresentou por objetivo analisar e refletir sobre o funcionamento das práticas sexuais na contemporaneidade, tomando por base as formulações foucaultianas sobre a sexualidade e a biopolítica. Nossa hipótese era que o governo federal atual tem estabelecido propostas para a interferência nessas práticas e que estas vão de encontro à efervescência midiática sobre as propagandas de produtos que prometem ampliar o desempenho íntimo, formando então uma contradição frente a essa questão.

Os comerciais dos referidos produtos são veiculados o tempo todo na mídia digital, que, juntamente com a obrigatoriedade de manter um corpo saudável (magro, esculpado, elegante, performático, etc.), a sexualidade também é tomada para essa finalidade comercial. As ofertas vão ao encontro dos desejos sexuais, haja vista as estratégias empregadas pelos discursos publicitários para convencimento do público leitor – possível consumidor desses produtos. Além disso, a divulgação nos meios digitais, inclusive em redes sociais, é tomada como um espaço para as práticas comerciais e procura atingir a todos os internautas, criando necessidades de consumo na sociedade, produzindo desejos, conectados com promessas de prazer que envolvem a vida íntima e o desempenho das atividades sexuais.

Os discursos comerciais são estratégicos, tomando por base verdades integrantes de outros campos de saber legitimados, ao mobilizar o saber médico-científico, ou a menção a esse saber, por exemplo, cujo objetivo é fazer com o que os sujeitos adquiram mercadorias de várias espécies as quais prometem um desempenho sexual superior a qualquer concorrente e superior às práticas cotidianas. Cria-se, assim, um despertar dos desejos que são aflorados, induz-se às *aphrodisia*,

direcionando o exercício sexual em funcionamento com a lógica de empresariamento, mercadológica ou moralista, ora em resposta ao desempenho, ora em consonância com valores, como amor, família e religião.

Ainda que seja polêmica, apesar de todas as problematizações que têm ocorrido nesse campo, tendo em vista que se trata de um aspecto íntimo do sujeito, esses comerciais de produtos eróticos despertam para uma abertura, para uma normalidade discursiva no campo do desejo, cuja necessidade de consumo produz modos de subjetivação como consequência da circulação dos regimes de verdade nela mobilizados. A estratégia poder-saber é acionada de forma sutil nesse movimento, na qual o discurso vinculado ao capitalismo, como bem supremo, força maior, é apagado ou silenciado, e em seu lugar, a eficácia contida no resultado gera necessidade de aquisição, provocando um efeito de consumo no sujeito internauta.

Por outro lado, estão as estratégias de governo da vida privada, mobilizadas tanto pelo poder público quanto pelo comércio, com suas interferências na vida íntima da população, que na atual sociedade de controle, parece estabelecer um modo padronizado de subjetivação, um estilo único e verdadeiro para se alcançar a felicidade. A sexualidade é colocada como discurso a ser evitado, algo proibido e que deve ser interditado inclusive nas escolas, reproduzindo comportamentos sociais observados nas sociedades clássicas por Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2018).

Falar sobre sexo ainda contém viés de proibição, sobretudo para crianças, e apesar da evolução da sociedade contemporânea, as verdades que giram em torno desse discurso parecem não avançar muito. Em razão disso, a educação sexual é sempre pauta de grande polêmica, o que dificulta a criação de espaços que possibilitem diálogos com vistas à promoção da autonomia e decisões/escolhas refletidas, como procuramos

demonstrar aqui. Ao problematizarmos as práticas discursivas contemporâneas, nas quais as verdades produzem subjetividades, ganham roupagem do empresariamento da vida íntima, possibilitando a (re)produção de sujeitos performáticos, mecânicos, subtraindo-lhes o exercício de ação refletida sobre sua sexualidade e práticas sexuais, de modo que lhes possibilite ampliação de liberdade e produção de singularidades.

É como se o sujeito tivesse a necessidade de seguir as ordens ditadas por essa verdade temporal, seja com inscrição na moral cristã conservadora, seja pelo mercado que produz sujeitos estritamente performáticos no campo da sexualidade. Quando se trata de um discurso conservador, o sexo deve ser algo restringido ao casamento e à procriação, excluindo os fins puramente prazerosos. A interferência governamental coloca em evidência que se trata de um aspecto não puramente privado, mas social e uma questão de saúde pública pelas consequências que podem acarretar, como, por exemplo, a geração indevida de filhos e a questão do aborto. Quando se trata de discursos mercantis, como a oferta de produtos que normatizam a melhor performance, o controle é realizado pelas estratégias que atendem ao *dispositivo de eficácia*. Em qualquer das situações, verificamos que o sujeito é cotidianamente controlado por essas formas de governo público e privada de sua intimidade, sexualidade e desejos, práticas essas que funcionam como limitadores de sua liberdade e capacidade de expressão enquanto sujeito sexual singular.

Com base nos jogos de verdades nos campos religioso, social e sanitário, observa-se uma contradição quanto à crítica sexual por parte do governo frente ao bombardeio comercial que o incentiva. A biopolítica é emergente e exerce seu poder sobre a população, ainda que de forma sutil, emprega também suas estratégias de convencimento, mencionando um discurso que deve funcionar na ordem do que é tomado para um

cidadão de bem e o que deve ser por ele evitado. Em especial aos corpos das mulheres, o exercício do controle caminha na contramão das questões contemporâneas sobre sujeito de direitos, cuja conquista da autonomia sobre si mesma, sobre seu corpo, tem sido tema muitíssimo relevante.

Frente ao desejo e seu despertar na mídia, por que manter a prática sexual como discurso a ser privado de debates, de se falar sobre tal assunto? Por que mantê-lo sob controle se, para além de aspecto público e privado, é também social e merece ser esclarecido, sobretudo na educação? Os jogos de verdade instaurados e circulados na mídia, e até mesmo a sociedade de controle na qual vivemos têm possibilitado o entendimento das contradições que esses jogos promovem, pois ao mesmo tempo em que interdita, incentiva a consumir identidades performáticas sob a perspectiva da eficácia. -

A educação voltada para a problematização de questões no campo da sexualidade nunca foi tão urgente e necessária, pois a sua inibição/silenciamento e apagamento abrem espaço para outros espécies de governo, o governo no âmbito privado, da oferta de produtos, cujos desejos são fortemente fabricados. As políticas governamentais, com suas estratégias políticas, ao mesmo tempo em que apelam pelo controle da população, propiciam abertura de espaços para captura, como os comerciais analisados aqui, possibilitando o aparecimento desse ramo de comércio, em funcionamento com a lógica neoliberal. O que sustentamos aqui é que a repressão no âmbito político-social faz emergir a prática comercial de produtos que prometem o exercício de liberdade, eficácia e alto desempenho.

Os silenciamentos ou apagamentos de discussões como as que propusemos aqui repercutem na produção de subjetividades. Enquanto de um lado a pauta sobre educação sexual é constantemente desviada do foco de políticas públicas, de outro, o mercado apropria-se

desse espaço para produzir sujeitos que atendam aos seus interesses. Quando o mercado dita regras acerca de práticas com alta performance sexual, associando prazer ao tamanho do órgão, essa prática reforça as estratégias conservadoras de que coisas consideradas de menor importância não devem ser discutidas. Com isso, as pautas das lutas minoritárias (mulheres, LGBTQIA+, negros/as, indígenas, imigrantes, etc.) sofrem constantemente ataques, na forma de silenciamentos, apagamentos e menosprezo de suas reivindicações. No presente trabalho, constatamos que os homens ainda são mais estimulados à prática sexual do que as mulheres, e as práticas sexuais por parte das mulheres são ainda fortemente controladas do ponto de vista de ações do poder público.

Esta breve análise da questão do poder que gravita em torno do governo da sexualidade não encerra o assunto sobre essa temática, pelo contrário, importa-nos compreender, como desdobramento das problematizações aqui delineadas, que ruptura histórica é essa que desloca a verdade sobre a valoração do tamanho do órgão sexual, se consideramos que, na Grécia¹⁰ antiga, o pênis pequeno era considerado como sinal de poder, enquanto as lutas contemporâneas deslocaram o poder na produção do pênis performático. Problematização essa que requererá um outro estudo, podendo ser melhor analisada oportunamente.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS para festa. Lolla Sexshop. Disponível em: <<https://www.lolla.com.br/diversao-e-presentes-artigos-para-festa/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRANDÃO, J. É possível aumentar o pênis

¹⁰ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/por-que-as-estatuas-gregas-e-romanas-tem-penis-pequeno/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

de forma natural? Conheça a história desse bancário. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Portal da Legislação, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CHADE, J. O ventre como instrumento de poder. El País, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html?rel=mas>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COURTINE, Jean-Jaques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdufScar, 2009.

DAROT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2017.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 3: o cuidado de si. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 4: as confissões da carne. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2018.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos IV - Estratégia Poder-Saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010, p. 223-240.

FOUCAULT, M. Subjetividade e Verdade. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NERY, V. C. A. A construção do discurso publicitário na sociedade contemporânea. OPSIS - Revista do NIESC, Catalão, v. 5, n. 1, p. 7-21, 2005.

REDTUBE. Disponível em: <<https://www.redtube.com.br/mostviewed>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SAFATLE, V. Governar através do sexo. El País, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/governar-atraves-do-sexo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I.; NAVARRO, P. (orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

TEIXEIRA, D. Por que as estátuas gregas e romanas têm pênis pequeno? Veja, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/por-que-as-estatuas-gregas-e-romanas-tem-penis-pequeno/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Submissão: agosto de 2021.

Aceite: outubro de 2021.